

cial, que a seguir se transcreve, a atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa:

«Prestação de serviços de limpeza, gestão, administração e manutenção de condomínios, manutenção de equipamentos industriais, remodelações e construção civil, comércio de acessórios e equipamentos e comércio de produtos de limpeza. Energias alternativas e certificação energética e exercício da atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.»

27 de janeiro de 2016. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

209345013

Despacho n.º 2656/2016

Nos termos do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, deogo no Chefe do Estado-Maior do Exército, General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, a competência para aprovação da minuta do contrato e da outorga do respetivo contrato referente ao procedimento 08/AC-UMC/2015, de fornecimento de combustível rodoviário a granel em território continental com a faculdade de subdelegação.

28 de janeiro de 2016. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

209344925

Despacho n.º 2657/2016

Nos termos do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, deogo no Chefe do Estado-Maior do Exército, General Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, a competência para aprovação da minuta do contrato e da outorga do respetivo contrato referente ao procedimento 06/AC-UMC/2015, de fornecimento de energia elétrica para as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (UEO) do Exército em Portugal Continental.

28 de janeiro de 2016. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

209344869

Despacho n.º 2658/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, designo para exercer as funções de Chefe do meu Gabinete, o Major-general do Exército António Martins Pereira, com produção de efeitos desde 7 de dezembro de 2015.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 8 do artigo 13.º do mencionado decreto-lei, o designado opta pelo estatuto remuneratório correspondente às funções que exercia à data da designação.

3 — O designado fica autorizado a exercer as atividades referidas na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

28 de janeiro de 2016. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

Nota Curricular

O Major-General António Martins Pereira nasceu, em 1961, em Gondomar, efetuou os estudos secundários no Colégio dos Salesianos no Porto e graduou-se em Ciências Militares, Curso de Infantaria, na Academia Militar, em 1984. Possui o Curso de Estado-Maior e o Curso de Promoção a Oficial General.

Como oficial subalterno e capitão serviu na Escola Prática de Infantaria, no Regimento de Infantaria do Porto, no Centro de Instrução de Operações Especiais. Como oficial superior teve funções de Estado-Maior no Quartel-general (QG) da Região Militar do Norte, no Comando Operacional das Forças Terrestres e na Direção de Doutrina do Exército. Esteve em funções na Cooperação Técnico-Militar em Moçambique, em 1996 e em Angola em 1998.

Foi comandante do Batalhão de Elementos de Operações Especiais (2001-2002), do Centro de Tropas de Operações Especiais de 2006 a 2008 e do QG de Operações Especiais no Estado-Maior-General das Forças Armadas entre fevereiro de 2012 e junho de 2014.

Como docente, foi professor de Tática, de Estratégia e de Relações Internacionais no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) de 1996

a 1998 e como professor convidado até 2001. Foi Diretor do Curso de Estado-Maior no Instituto de Estudos Superiores Militares, no ano letivo de 2005-2006.

Entre novembro de 1998 e julho de 2001, desempenhou o cargo de Adjunto do Ministro da Defesa Nacional e foi Adjunto do Chefe de Estado-Maior do Exército, de junho a setembro de 2010.

De 2002 a 2005, em Bruxelas, foi Conselheiro Militar do Embaixador de Portugal junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte e entre outubro de 2008 e maio de 2010 foi Conselheiro Militar do Embaixador da União Europeia junto da União Africana, em Addis-Abeba.

Foi Inspetor-Geral Adjunto do Inspetor-Geral do Exército de junho de 2014 a junho de 2015 e, de 01 de julho de 2015 a 06 de dezembro de 2015, desempenhou as funções de Subchefe de Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares.

O MGEN Martins Pereira é pós-graduado em Relações Internacionais (RI) pela Universidade Portucalense, Mestre em RI e Estudos Europeus pela Universidade de Évora e doutorando em RI na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. Nova de Lisboa. É autor de artigos e de trabalhos científicos nestas áreas do saber. É membro da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa, desde 1997 e do Centro de Investigação de Defesa do IESM, desde 2013.

Possui diversos louvores e é condecorado com a Ordem Militar de Avis, grau de Grande-Oficial, e com Medalhas de Serviços Distintos, grau Prata (5), de Mérito Militar (1.ª, 2.ª e 3.ª Classes); de D. Afonso Henriques (1.ª Classe); de Comportamento Exemplar (Prata e Ouro) e Comemorativas de Comissões de Serviços Especiais (Moçambique, Bélgica e Etiópia).

209345816

Despacho n.º 2659/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de adjunta do meu gabinete, a doutorada em Direito Maria Isabel Cantista de Castro Tavares, Professora Auxiliar na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, com produção de efeitos a 4 de janeiro de 2016.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 13.º do mencionado decreto-lei, a designada opta pelo estatuto remuneratório correspondente às funções que exercia à data da designação.

3 — A designada fica autorizada a exercer as atividades referidas na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

28 de janeiro de 2016. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

Nota curricular

Maria Isabel Cantista de Castro Tavares, Licenciatura pela Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2004), Mestrado (2008) e Doutoramento (2013) pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa em Ciências Jurídico-Políticas (Direito Internacional).

Assistente (2005-2013) e Professora Auxiliar (desde 2013) na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

Participou como oradora em conferências, aulas de pós-graduação e cursos nacionais e estrangeiros. Orientou e arguiu várias teses de mestrado na área do Direito Internacional e do Direito da União Europeia. Autora de vários artigos científicos e uma monografia na área do Direito Internacional (*Guerra e Responsabilidade, A intervenção militar no Iraque em 2003*, UCE, Porto, 2015).

Fez parte do Júri de Seleção para as provas da fase oral, relativas ao concurso de ingresso no II Curso Normal para Juizes dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Auditora do *Summer Course on International Humanitarian Law*, International Institute of International Humanitarian Law (San Remo e Genebra, julho 2005) e do *Summer Programme on Public International Law*, Hague Academy of International Law (julho/agosto 2008). *Visiting Researcher* no Max Planck Institute für ausländisches Recht und Völkerrecht (Heidelberg, fevereiro a maio de 2010). Participou como Juiz nas *International Rounds Philip C. Jessup International Law Moot Court Competition* (2011).

Foi comentadora de política internacional no Jornal 2 da RTP.

209345873